



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa(s) especializada(s) para o serviço de **manutenção periódica preventiva e corretiva dos 07 (sete) termômetros de rua com relógio analógico em estilo colonial**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº14.133/21, art.28, inciso I – Pregão Eletrônico
1.4	Período:	01 (um) ano.
1.5	Tipo:	Menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/21.

1.6 Serviço de **manutenção periódica preventiva mensal e corretiva dos 07 (sete) termômetros de rua com relógio analógico em estilo colonial**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSERV	UNID. DE MEDIDA	QUANT
1	<p>Serviço de manutenção periódica preventiva mensal e corretiva dos 07 termômetros de rua com relógio analógico em estilo colonial, durante 12 (doze) meses.</p> <p>A empresa contratada ficará responsável pela manutenção e deverá dispor de equipe técnica especializada e equipamentos próprios para este fim. A empresa também deverá ceder aos colaboradores EPIs e EPCs exigidos pela NR, além de capacitá-los para o uso dos mesmos. Todos os itens necessários para manutenção são de responsabilidade da contratada, sem nenhum custo à contratante.</p> <p>Manutenções Mínimas Previstas: mensais - 12 (doze) por ano:</p> <p>ESTRUTURA E BASE</p> <p>Inspeção Visual Regular:</p> <ul style="list-style-type: none">• Verificar o estado geral da estrutura de madeira, a base de cimento e o revestimento de pedras.• Identificar sinais de desgaste, rachaduras, mofo ou infiltrações. <p>Tratamento da Madeira:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aplicar verniz polikol (pelo menos uma vez por ano, conforme solicitação da demandante)	20559	Mês	12



	<p>para proteger a madeira de intempéries e raios UV.</p> <p>Revisão das Grades de Ferro:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inspecionar as grades de ferro quanto a sinais de ferrugem.• Pintar ou aplicar antioxidante nas grades para prevenir a corrosão. <p>COMPONENTES DO TERMÔMETRO</p> <p>Verificação do Líquido Ecológico Vermelho:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inspecionar o nível e a integridade do líquido vermelho dentro do termômetro, bem como a integridade de seu recipiente.• Verificar se o líquido continua visível e sem sinais de degradação ou vazamento. <p>Proteção da Escala de Temperatura:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpar regularmente as lâminas de policarbonato para manter a visibilidade clara.• Substituir lâminas de policarbonato que estejam arranhadas ou danificadas. <p>Iluminação Interna de LED:</p> <ul style="list-style-type: none">• Testar regularmente o funcionamento das luzes LED.• Substituir lâmpadas queimadas ou com falhas.• Verificar o funcionamento do sensor de acionamento automático noturno. <p>RELÓGIO E SEUS MECANISMOS</p> <p>Manutenção do Relógio Analógico:</p> <ul style="list-style-type: none">• Verificar o funcionamento do mecanismo interno do relógio.• Ajustar e lubrificar o mecanismo, se necessário, para assegurar precisão e evitar desgaste.• Certificar-se de que os ponteiros estão em funcionamento e bem fixados.• Ajustar a configuração de data/hora em caso de eventual desligamento e desconfiguração do mecanismo. <p>ELETRICIDADE</p> <p>Inspeção do Sistema Elétrico:</p> <ul style="list-style-type: none">• Verificar regularmente a fiação elétrica e os pontos de conexão e de sua conexão com a rede elétrica local.• Assegurar que a alimentação bivolt está funcionando corretamente e que não há sinais de sobrecarga ou curto-circuito.• Substituição das baterias novas dos relógios,			
--	---	--	--	--



	<p>quando necessário.</p> <p>PRAZO DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS</p> <p>Diagnóstico e cronograma de execução:</p> <ul style="list-style-type: none">• Em caso de estrago do equipamento, a empresa terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para realizar o diagnóstico e apresentar o cronograma de execução do serviço.• Após o diagnóstico terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para realizar a execução do serviço, conforme o cronograma apresentado.• Os prazos poderão ser redefinidos quando devidamente justificado pela contratada. <p>GARANTIA</p> <p>Do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none">• A garantia será de 1 (um) ano para os serviços de manutenção dos equipamentos.• A garantia será de 5 (cinco) anos para colocação de peças novas. <p>GERAL</p> <p>Limpeza Regular:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpar todas as superfícies, incluindo a placa de PVC expandido e o brasão de madeira.• Remover sujeira, poeira e qualquer resíduo que possa se acumular na estrutura. <p>Proteção contra Vandalismo e ou casos fortuito:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inspeccionar regularmente a estrutura para detectar sinais de vandalismo ou danos.• Reparar prontamente qualquer dano para evitar degradação adicional. <p>Sinalização:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sinalizar por meio de placas indicativas quando o equipamento estiver em manutenção;• Inserir sinalização de código de referência para identificação e controle de histórico de manutenção. <p>Substituições das peças:</p> <ul style="list-style-type: none">• Em caso de necessidade de substituição de qualquer peça ou componente dos equipamentos, a contratada será responsável por todos os eventuais custos.			
--	---	--	--	--

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.



1.8 O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.9 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 É de extrema relevância destacar que a manutenção periódica dos relógios-termômetros da cidade de Nova Friburgo deve ser considerada uma atividade de caráter contínuo, tendo em vista sua importância multifacetada para o município e seus impactos diretos no turismo local e na satisfação da população.

2.2 Primeiramente, os relógios-termômetros desempenham uma função crucial na cidade, pois, além de marcar a hora, também indicam a temperatura. Nova Friburgo é amplamente reconhecida como uma cidade fria, um atrativo turístico que, ao longo dos anos, tem sido explorado por visitantes de diversas partes do estado e do país. A exibição constante da temperatura tem um apelo significativo para os turistas que buscam vivenciar a experiência de desfrutar de um clima ameno e característico da região serrana. Quando o equipamento deixa de funcionar, a cidade perde um dos seus maiores atrativos turísticos, ocasionando um prejuízo direto para o fluxo de visitantes.

2.3 Além disso, os relógios-termômetros se consolidaram como pontos turísticos em Nova Friburgo. As pessoas, ao visitarem a cidade, frequentemente utilizam esses relógios como cenários para registrar fotos, tornando-os símbolos reconhecíveis e promovendo ainda mais a imagem da cidade como destino turístico. A interrupção do funcionamento desses equipamentos, portanto, pode prejudicar não apenas a experiência do visitante, mas também a visibilidade da cidade no cenário turístico.

2.4 Por fim, a manutenção contínua dos relógios-termômetros é imprescindível para a satisfação da população local. A ausência de um serviço público de qualidade, no qual equipamentos essenciais como esses não funcionam corretamente, pode gerar insatisfação entre os cidadãos. O relógio-termômetro de estilo suíço é um ícone da cidade e um serviço de utilidade pública e sua falha pode ser interpretada como negligência por parte da administração pública.

2.5 Portanto, é imprescindível que a manutenção dos relógios-termômetros seja realizada de forma contínua, garantindo seu pleno funcionamento e, consequentemente, a preservação do turismo, a satisfação da população e a boa imagem do município.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.6 É fundamental esclarecer a importância da tipificação da contratação de serviço de manutenção periódica, preventiva mensal e corretiva dos 7 (sete) relógios termômetros como serviço contínuo, conforme previsto na Lei 14.133/21. Essa classificação é essencial para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população.



2.7 A nova Lei de Licitações nº 14.133/2021 inovou no trato do tema, tanto ao definir um conceito jurídico determinado quanto ao estender a aplicação desse conceito para fornecimentos contínuos. Fez isso em seu art. 6º, inciso XV:

“Art. 6º. (...). XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;”

2.8 Primeiramente, a manutenção periódica e contínua dos 7 (sete) relógios termômetros é um serviço que não se limita a uma única intervenção, mas sim a um conjunto de atividades que devem ser realizadas de forma regular, periódica e contínua para assegurar o bom funcionamento dos equipamentos e infraestrutura dos objetos em questão.

2.9 Ao considerá-lo um serviço contínuo, reconhecemos a necessidade de um planejamento adequado e de uma execução que garanta a continuidade e a regularidade das atividades e bom funcionamento das peças, evitando interrupções que poderiam comprometer a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade.

2.10 Além disso, a tipificação como serviço contínuo permite uma melhor gestão dos recursos públicos. Com contratos de longa duração e previsibilidade orçamentária, conseguimos planejar e alocar recursos de maneira mais eficiente, evitando gastos excessivos com manutenções emergenciais que, muitas vezes, são mais onerosas. Isso se alinha ao princípio da economicidade, um dos pilares da administração pública.

2.11 Outro ponto importante é a segurança jurídica que essa tipificação proporciona. A Lei 14.133/2021 estabelece diretrizes claras para a contratação de serviços contínuos, o que facilita a elaboração de contratos e a fiscalização da execução dos serviços.

2.12 Observa-se que o art. 106 da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração celebrar contratos de prestação de serviços e fornecimento contínuos com prazo inicial de até 5 (cinco) anos:

“Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: [...]”

2.13 Isso é crucial para garantir que os serviços de manutenção periódica, preventiva e corretiva sejam realizados de acordo com as normas e padrões estabelecidos, promovendo a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

2.14 Para além da previsão contida no seu art. 106, importante lembrar que a Lei nº 14.133/2021 também estabelece que esses contratos poderão ser prorrogados por até 10 (dez) anos, conforme se infere do art. 107:

“Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

2.15 Por fim, ao considerar a manutenção periódica, preventiva e corretiva dos 7 (sete) relógios termômetros como um serviço contínuo, estamos priorizando o bem-estar da população. Serviços bem mantidos resultam em uma melhor qualidade de vida, confiabilidade no poder público e satisfação dos cidadãos. Portanto, é imprescindível que essa tipificação seja defendida e implementada, garantindo que nossos serviços públicos funcionem de maneira eficaz e eficiente.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A empresa deverá ser responsável pela mão de obra de manutenção periódica mensal e corretiva dos 07 (sete) termômetros de rua com relógio analógico em estilo colonial, situados no município de Nova Friburgo, que possuem as seguintes características e estão instalados nos seguintes lugares:

3.2 Termômetro de rua com relógio analógico em estilo colonial: O equipamento está fixado em base construída em cimento e revestido de pedras de rocha, com grades de ferro no entorno. Estrutura fabricada em madeira nobre com certificado de origem e acabamento em verniz polícol, com brasão do município de Nova Friburgo, além de placa em PVC expandido com a identificação do município. O enchimento do termômetro é com líquido ecológico na cor vermelha, o qual é resistente a raios solares, conta com escala de temperatura na cor branca com proteção translúcida de lâminas de policarbonato, a visualização de temperatura é em duas faces, possui iluminação interna de led, com acionamento automático para o período noturno, e alimentação elétrica bivolt e faixa de temperatura de aproximadamente -20°C a +60°C e -4°F a +140°F. Medidas do equipamento: altura total da estrutura de aproximadamente 410cm; diâmetro do relógio com aproximadamente 80cm; altura do termômetro com aproximadamente 190cm, largura do termômetro com aproximadamente 50cm, largura total da estrutura com aproximadamente 100cm, altura da base até o início do termômetro com aproximadamente 70cm. A parte superior dispõe de um brasão do município de Nova Friburgo com aproximadamente 30 cm, feito em madeira torneada. O relógio é analógico com numeral romano. E dispõe de mecanismo interno para seu funcionamento.

Paissandú – Avenida Conselheiro Julius Arp - Centro





Praça do Suspiro – Rua Júlio Salusse - Centro



Lumiar – RJ 142 – Lago de Lumiar





São Pedro da Serra – Praça João Heringer



Amparo – Rua 10 de Outubro – Rua Colorida



Parque Estadual dos Três Picos – Vale dos Deuses - Salinas



Circuito Terê-Fri (Casa Suíça) – Estrada
Friburgo Teresópolis, KM 18 - Conquista



3.3 Para que o serviço seja realizado com qualidade a empresa contratada deverá:

- **Realizar manutenção preventiva mensal de todos os sete termômetros;**
- Realizar o transporte de todas as peças a serem substituídas até o local da instalação;
- Realizar a manutenção ou reposição de peças quando solicitado e/ou quando identificado esta necessidade devido às avarias causadas pelo tempo ou mau uso por parte dos turistas e munícipes;
- Realizar o descarte adequado dos itens danificados em cumprimento às normas ambientais vigentes;
- A empresa contratada deverá dispor de equipamentos e equipe próprios para realização de todo serviço solicitado.
- A empresa contratada deverá dispor e/ou arcar integralmente com os custos de todos os materiais utilizados na manutenção periódica, preventiva e corretiva necessários ao bom funcionamento dos relógios em questão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- A contratada deverá dispor de pessoal e equipamentos próprios para realizar o Serviço de Manutenção;
- A contrata deverá ceder aos colaboradores EPIs e EPCs, além de capacitá-los para o uso dos mesmos;
- A contratada deverá dispor de todos os itens necessários para manutenção das peças;
- A contratada deverá zelar pelo patrimônio público, mantendo o local seguro e sinalizado durante a manutenção, e informando à Secretaria de Turismo de qualquer incidente no local
- Os profissionais do licitante vencedor serão diretamente subordinados a ele, sendo-lhes vedado receber ordens diretas dos servidores da Administração Pública Municipal.
- Responder por quaisquer danos causados aos bens pertencentes ao patrimônio público, resultados de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados, prepostos ou terceiros, sejam danos culposos ou dolosos.
- A contratada deverá fornecer veículo para transporte dos funcionários e equipamentos necessários para a execução do serviço como: escada, capacete de segurança e demais equipamentos de EPI.



- Fornecer para a Secretaria de Turismo o contato do gerente responsável (e-mail, telefone, whatsapp) pela prestação do serviço em caso de solicitação de reparos quando for necessário.
- A utilização de escadas, peças e demais acessórios necessários à manutenção dos relógios, bem como as respectivas despesas inerentes aos serviços citados ficam a cargo do licitante vencedor.
- Colocar à disposição da Secretaria de Turismo um contato de plantão por ocasião de qualquer problema identificado nos relógios em finais de semana e feriados.
- O licitante vencedor fica obrigado a efetuar os reparos necessários apresentados na vistoria.
- O licitante vencedor deverá observar os prazos de execução e de garantia conforme descrição do objeto.

4.2 Sustentabilidade:

- Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado na página <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-lanca-nova-edicao-de-guia-para-contratacoes-sustentaveis-na-administracao-publica-federal>;
- O Contratado na prestação do serviço deverá atender, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade sob as suas diferentes dimensões (ambiental, social e econômica), devendo o Contratado seguir a legislação citada anteriormente, bem como as demais que se aplicarem ao objeto em questão, valendo ratificar que a contratação em tela não gerará impacto ambiental relevante;
- A logística reversa deve ser de responsabilidade do Contratado, que deve obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive para descarte de peças defeituosas e embalagens dos produtos utilizados e no caso de troca do fluido de indicação do termômetro, este deve ser feito pelo mesmo líquido ecológico vermelho;
- Todo o resíduo reciclável gerado deve ser descartado em compartimentos adequados, em cumprimento às normas ambientais vigentes. Conforme Instrução Normativa SLTI/MP nº 2 de 4 de junho de 2014, os modelos de materiais e equipamentos consumidores de energia a serem alocados, na prestação dos serviços deverão ser classificados com a classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE);
- Contratado deve se atentar para possíveis impactos ambientais de poluição sonora, assim como da poluição emitida através de possíveis equipamentos utilizados, como geradores. Quanto à poluição sonora o Contratado deve verificar as normas, leis e Resoluções do Conama vigentes que versam sobre limites de volume (intensidade de decibéis) relacionados à atividade, para que o serviço seja prestado de forma regular e, ao mesmo tempo, respeitando a saúde dos turistas, munícipes e animais.
- Quanto à poluição emitida por possíveis equipamentos utilizados, o contratado deve estar atenta às medidas para diminuir a emissão de gases poluentes como, utilização de combustível de boa qualidade, manutenção do equipamento em dia, obedecendo também todas as normas, leis e Resoluções do Conama vigentes.

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4.4.1 Conforme o disposto no art. 96 da mesma legislação, a exigibilidade dessas garantias é uma prerrogativa da autoridade competente, que, no presente caso, opta pela sua dispensa.

4.4.2 Esclarece-se que a natureza do serviço contratado é contínua, com pagamentos realizados mensalmente, observando-se a rotina administrativa regular, na qual o pagamento somente é efetuado após a emissão da respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato, que certifica a efetiva execução dos serviços conforme o estabelecido. O referido procedimento garante que o serviço seja devidamente prestado, sem qualquer risco à administração pública.

4.4.3 Destaca-se, ainda, que a inexistência de exigências de caução não implica em risco para o erário, uma vez que o pagamento está condicionado à verificação de que os serviços foram efetivamente prestados, o que confere segurança ao processo de fiscalização e ao cumprimento das obrigações contratuais.

4.4.4 Assim, a autoridade competente, considerando que o regime de pagamento adotado, aliado à fiscalização rigorosa e constante do contrato, assegura que não haverá comprometimento financeiro ou risco ao erário municipal.

4.4.5 Portanto, a decisão de não exigir garantias no presente caso está amparada pelo entendimento de que o modelo de fiscalização e pagamento adotado é suficiente para resguardar os interesses da administração pública e garantir a execução adequada do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O serviço será entregue nos seguintes prazos e condições:

Serviço	Detalhamento	Prazo
Manutenção	Serviço de manutenção periódica preventiva mensal e corretiva dos 07 (sete) termômetros de rua com relógio analógico em estilo colonial.	12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSERV	UNID. DE MEDIDA	QUANT
1	Serviço de manutenção periódica preventiva mensal e corretiva dos 07 termômetros de rua com relógio analógico em estilo colonial, durante 12 (doze) meses. A empresa contratada ficará responsável pela manutenção e deverá dispor de equipe técnica especializada e equipamentos próprios para este fim. A empresa também deverá ceder aos colaboradores EPIs e EPCs exigidos pela NR, além de capacitá-los para o uso dos mesmos. Todos os itens necessários para manutenção são de responsabilidade da contratada,	20559	Mês	12



<p>sem nenhum custo à contratante.</p> <p>Manutenções Mínimas Previstas: mensais - 12 (doze) por ano:</p> <p>ESTRUTURA E BASE</p> <p>Inspeção Visual Regular:</p> <ul style="list-style-type: none">• Verificar o estado geral da estrutura de madeira, a base de cimento e o revestimento de pedras.• Identificar sinais de desgaste, rachaduras, mofo ou infiltrações. <p>Tratamento da Madeira:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aplicar verniz polikol (pelo menos uma vez por ano, conforme solicitação da demandante) para proteger a madeira de intempéries e raios UV. <p>Revisão das Grades de Ferro:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inspecionar as grades de ferro quanto a sinais de ferrugem.• Pintar ou aplicar antioxidante nas grades para prevenir a corrosão. <p>COMPONENTES DO TERMÔMETRO</p> <p>Verificação do Líquido Ecológico Vermelho:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inspecionar o nível e a integridade do líquido vermelho dentro do termômetro, bem como a integridade de seu recipiente.• Verificar se o líquido continua visível e sem sinais de degradação ou vazamento. <p>Proteção da Escala de Temperatura:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpar regularmente as lâminas de policarbonato para manter a visibilidade clara.• Substituir lâminas de policarbonato que estejam arranhadas ou danificadas. <p>Iluminação Interna de LED:</p> <ul style="list-style-type: none">• Testar regularmente o funcionamento das luzes LED.• Substituir lâmpadas queimadas ou com falhas.• Verificar o funcionamento do sensor de acionamento automático noturno. <p>RELÓGIO E SEUS MECANISMOS</p> <p>Manutenção do Relógio Analógico:</p> <ul style="list-style-type: none">• Verificar o funcionamento do mecanismo interno do relógio.• Ajustar e lubrificar o mecanismo, se necessário, para assegurar precisão e evitar desgaste.			
--	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none">• Certificar-se de que os ponteiros estão em funcionamento e bem fixados.• Ajustar a configuração de data/hora em caso de eventual desligamento e desconfiguração do mecanismo. <p>ELETRICIDADE</p> <p>Inspeção do Sistema Elétrico:</p> <ul style="list-style-type: none">• Verificar regularmente a fiação elétrica e os pontos de conexão e de sua conexão com a rede elétrica local.• Assegurar que a alimentação bivolt está funcionando corretamente e que não há sinais de sobrecarga ou curto-circuito.• Substituição das baterias novas dos relógios, quando necessário. <p>PRAZO DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS</p> <p>Diagnóstico e cronograma de execução:</p> <ul style="list-style-type: none">• Em caso de estrago do equipamento, a empresa terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para realizar o diagnóstico e apresentar o cronograma de execução do serviço.• Após o diagnóstico terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para realizar a execução do serviço, conforme o cronograma apresentado.• Os prazos poderão ser redefinidos quando devidamente justificados pela contratada. <p>GARANTIA</p> <p>Do serviço:</p> <ul style="list-style-type: none">• A garantia será de 1 (um) ano para os serviços de manutenção dos equipamentos.• A garantia será de 5 (cinco) anos para colocação de peças novas. <p>GERAL</p> <p>Limpeza Regular:</p> <ul style="list-style-type: none">• Limpar todas as superfícies, incluindo a placa de PVC expandido e o brasão de madeira.• Remover sujeira, poeira e qualquer resíduo que possa se acumular na estrutura. <p>Proteção contra Vandalismo e ou casos fortuito:</p> <ul style="list-style-type: none">• Inspecionar regularmente a estrutura para detectar sinais de vandalismo ou danos.• Reparar prontamente qualquer dano para evitar degradação adicional. <p>Sinalização:</p>			
--	---	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none">• Sinalizar por meio de placas indicativas quando o equipamento estiver em manutenção;• Inserir sinalização de código de referência para identificação e controle de histórico de manutenção. <p>Substituições das peças:</p> <ul style="list-style-type: none">• Em caso de necessidade de substituição de qualquer peça ou componente dos equipamentos, a contratada será responsável por todos os eventuais custos.			
--	--	--	--	--

5.2 Em caso de estrago de equipamento, a empresa terá o prazo de 07 (sete) dias úteis para realizar o diagnóstico e apresentar o cronograma de execução do serviço.

5.3 Após o diagnóstico terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para realização dos serviços conforme cronograma apresentado.

5.4 Quando necessária a manutenção/reparo das peças, o material utilizado deverá ser de qualidade igual ou superior ao da peça na qual será feita a manutenção.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.2.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.2.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.2.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município de Nova Friburgo, CNPJ: 28.606.630/0001-23., ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, 225 – Centro Nova Friburgo – RJ CEP 28.613-0001.

7.2 Da liquidação da despesa:



7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o seguinte Cronograma de Desembolso:

7.4.1 O valor do contrato será pago mensalmente em 12 (doze) parcelas iguais.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva



sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- e) - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- h) - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- j) - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k) - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de



Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:



8.14.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.14.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.14.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.14.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.14.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.15 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.15.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a



documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.15.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.15.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.16 Qualificação Técnica:

8.16.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.16.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.16.2.1 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.16.2.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.16.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.16.4 - Ser empresa apta a atuar no ramo compatível com o objeto, comprovado por meio de Cadastro Nacional de Atividades Econômica (CNAE).

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

9.1.1 Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;



9.1.2 Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

9.1.3 Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do serviço objeto do edital;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

9.1.5 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da realização do serviço;

9.1.6 Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto e ou serviços fornecidos, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

9.1.7 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato ou da Ata de Registro de Preços;

9.1.8 manter, durante a vigência do Contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.1.9 A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

9.1.10 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

9.1.11 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.1.12 Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

9.1.13 Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

9.2.1 Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

9.2.2 Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

9.2.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

9.2.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.2.5 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.6 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;



9.2.7 Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

9.2.8 Demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;



10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 175.500,00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade	17.001.23.695.0034.1.060	172000000017	339039-04

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Nova Friburgo/RJ, 02 de outubro de 2024.



RUBRICA:_____ FOLHA:_____

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo o **PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Renan da Silva Alves
Secretário Municipal de Turismo
Matr.: 062.790